

RAQUEL DOS SANTOS NASCIMENTO JACINTO

PERCEÇÃO DAS ATITUDES PARENTAIS E PSICOPATOLOGIA EM
ADOLESCENTES COM PERCURSO DELINQUENTE: UM ESTUDO
COMPARATIVO



2019

RAQUEL DOS SANTOS NASCIMENTO JACINTO

PERCEÇÃO DAS ATITUDES PARENTAIS E PSICOPATOLOGIA EM
ADOLESCENTES COM PERCURSO DELINQUENTE: UM ESTUDO
COMPARATIVO

Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde

Trabalho efetuado sob a orientação da Prof.^a Doutora Ida Lemos



2019

Percepção das atitudes parentais e psicopatologia em adolescentes com percurso delinquente: um estudo comparativo

Declaração de Autoria de Trabalho

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam na listagem de referências incluídas.

Raquel dos Santos Nascimento Jacinto

Copyright Raquel dos Santos Nascimento Jacinto

A Universidade do Algarve reserva para si o direito, em conformidade com o disposto no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, de arquivar, reproduzir e publicar a obra, independentemente do meio utilizado, bem como de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição para fins meramente educacionais ou de investigação e não comerciais, conquanto seja dado o devido crédito ao autor e editor respetivos.

AGRADECIMENTOS

Às pessoas que acompanharam este meu percurso, o meu sincero agradecimento:

À minha orientadora Professora Doutora Ida Lemos, um agradecimento especial, por toda a paciência e compromisso, por exigir cada vez melhor, e pelo exemplo de profissional que é. A sua orientação permitiu-me uma melhor compreensão de diversas questões e fez-me refletir sobre tantas outras.

À Salomé Morais, pelos ensinamentos preciosos sobre estatística. Os seus saberes científicos foram muito importantes no desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus amigos de perto e de longe, por ouvirem os meus desabaços, pelas “escapadinhas” que tanto me ajudaram e por compreenderem que “temos que tomar um cafezinho” nem sempre acontecia.

À minha família de coração, os meus sogros e cunhado por toda a preocupação e acompanhamento neste percurso.

Aos meus avós, e mesmo tendo o meu avô partido há tão pouco tempo, sempre cuidaram de mim naquilo que podiam e me incentivaram a dar sempre o meu melhor.

Aos meus pais e irmão pelo orgulho que demonstram em mim, por se fazerem sentir perto apesar da distância e por sempre me priorizarem nas suas vidas.

Ao meu marido, pela nossa caminhada, por acreditar em mim, por me motivar nos momentos mais difíceis e pela eterna paciência em ouvir-me.

A Deus, porque não preciso de vê-Lo para saber que sempre cuida de mim.

Resumo

A presente investigação teve como principal objetivo realizar uma análise comparativa entre um grupo de adolescentes com percurso delinquente (N=63) e outro grupo de adolescentes da população geral (N=129) com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos. Pretendemos verificar possíveis diferenças ao nível da perceção das atitudes parentais e a eventual presença de psicopatologia (perturbação de ansiedade generalizada, perturbação de stress pós-traumático, perturbação depressiva major, ideação suicida, problemas de autoconceito e problemas interpessoais).

De forma a dar resposta aos nossos objetivos, recorremos aos seguintes instrumentos: questionário de dados sociodemográficos e familiares (Lemos, 2007), *Adolescent Psychopathology Scale – Short Form – APS – SF* (Reynolds, 2000), Inventário de Perceções Adolescentes (IPA) (Flemming, 1988,1997), Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI) - Índice Geral de Sintomas (IGS) (Derogatis, 1977) e Questionário sobre as características familiares, acontecimentos de vida e comportamento de jovens abrangidos pela lei Tutelar Educativa (Lemos, 2007; 2010).

Relativamente aos principais resultados obtidos, encontrou-se diferenças estatisticamente significativas entre o grupo com percurso delinquente e o grupo sem percurso delinquente no que respeita ao número de reprovações, ao nível de escolaridade do pai e da mãe, ao nível socioeconómico e à situação conjugal dos pais.

No que diz respeito à perceção das atitudes parentais, verificou-se que os valores médios eram superiores na escala da Hostilidade no grupo de adolescentes com percurso delinquente quando comparado ao grupo da população geral.

Observou-se diferenças estatisticamente significativas entre os grupos no que respeita à Ideação Suicida do APS-SF. Contudo, nas restantes escalas não se observaram diferenças estatisticamente significativas.

Por último, podemos concluir que os jovens delinquentes reportavam mais sintomas psicopatológicos que o grupo de adolescentes da população geral.

Palavras-chave: delinquência juvenil, psicopatologia na adolescência, perceção das atitudes parentais, percurso delinquente.

Abstrat

The main objective of the present investigation was to perform a comparative analysis between a group of adolescents with delinquent course (N = 63) and another group of adolescents from the general population (N = 129) aged between 13 and 18 years. We intend to verify possible differences in the perception of parental attitudes and eventual presence of psychopathology (generalized anxiety disorder, posttraumatic stress disorder, major depressive disorder, suicidal ideation, self-concept problems and interpersonal problems).

In order to meet our objectives, we used the following tools: Sociodemographic and Family Data Questionnaire (Lemos, 2007), Adolescent Psychopathology Scale - Short Form - APS - SF (Reynolds, 2000), Adolescent Perceptions Inventory (IPA) (Flemming, 1988,1997), Psychopathological Symptom Inventory (BSI) - General Symptom Index (IGS) (Derogatis, 1977) and Questionnaire on family characteristics, life events and behavior of young people covered by the Educatinal Guardianship Law (Lemos, 2007; 2010).

Regarding the main results obtained, statistically significant differences were found between the delinquent and non-delinquent groups regarding the number of failures, the level of education of the father and the mother, the socioeconomic level and the marital status of the parents.

Regarding the perception of parental attitudes, it was found that the mean values were higher on the Hostility scale in the group of adolescents with delinquent course when compared to the general population group.

Statistically significant differences were observed between groups with respect to APS-SF Suicidal Ideation. However, in the remaining scales no statistically significant differences were observed.

Finally, we can conclude that young offenders reported more psychopathological symptoms than the group of adolescents in the general population.

Key-words: juvenile delinquency, adolescent psychopathology, perception of parental attitudes, delinquent course.

Índice

1. Introdução	1
2. Questões e Objetivos de Investigação	9
3. Método	11
3.1. Desenho da Investigação	11
3.2. Técnica de amostragem	11
3.3. Caracterização da Amostra	11
3.3.1. Características da amostra de adolescentes com percurso delinquente	11
3.3.2. Características da amostra de adolescentes da população geral	18
3.4. Instrumentos	22
3.4.1. Questionário de dados sociodemográficos e familiares (Lemos, 2007)	22
3.4.2. <i>Adolescent Psychopathology Scale – Short Form – APS – SF</i> - (Reynolds, 2000)	22
3.4.3. Inventário de Perceções Adolescentes (IPA) (Flemming, 1988, 1997)	23
3.4.4. Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI) - Índice Geral de Sintomas (IGS) (Derogatis, 1977)	24
3.4.5. Questionário sobre as características familiares, acontecimentos de vida e comportamento de jovens abrangidos pela lei Tutelar Educativa (Lemos, 2007; 2010)	25
3.5. Procedimentos	25
3.5.1. Procedimento de recolha de dados	25
3.5.2. Procedimento de análise e tratamento de dados	26
4. Resultados	26
4.1. Comparação entre grupos ao nível das variáveis sociodemográficas	27
4.2. Comparação entre os dois grupos ao nível da percepção das atitudes parentais	28
4.3. Comparação entre os dois grupos em relação às escalas do <i>Adolescent Psychopathology Scale – Short Form – APS – SF</i> nos dois grupos	29
4.4. Comparação entre o grupo com percurso delinquente e o grupo sem percurso delinquente em relação ao nível de sintomas psicopatológicos	30
4.5. Relações/Associações entre variáveis sociodemográficas e o inventário de sintomas psicopatológicos nos dois grupos	31
4.6. Correlações entre a percepção das atitudes parentais e o relato de sintomas psicopatológicos (adolescentes da população geral)	32
4.7. Correlações entre a percepção das atitudes parentais e o relato de sintomas psicopatológicos (adolescentes com percurso delinquente)	33
5. Discussão	35
5.1. Perfil sociodemográfico	35

5.2.	Comparação das escalas da Percepção das Atitudes Parentais entre os dois grupos	36
5.3.	Comparação das escalas do <i>Adolescent Psychopathology Scale-Short Form</i> entre os dois grupos	37
5.4.	Comparação entre os dois grupos ao nível do Índice Geral de Sintomas	38
5.5.	Relação entre as variáveis sociodemográficas e o Índice Geral de Sintomas	39
5.6.	Relação entre as escalas do Índice Geral de Sintomas e a Percepção das Atitudes Parentais nos dois grupos.....	39
6.	Conclusão e limitações do estudo	41
7.	Referências Bibliográficas.....	43

Índice de Tabelas

Tabela 1. Distribuição dos adolescentes com percurso delinquente de acordo com o sexo e idade.....	20
Tabela 2. Distribuição dos adolescentes com percurso delinquente segundo o sexo, a zona de residência, o grupo étnico, o responsável legal, os maus tratos e os problemas comportamentais na infância.....	21
Tabela 3. Distribuição dos adolescentes com percurso delinquente segundo o sexo, o nível sócio económico, o nível de escolaridade, o nível de reprovações, os antecedentes criminais dos pais e composição da família.....	23
Tabela 4. Distribuição dos adolescentes com percurso delinquente segundo o sexo, o nível de escolaridade do pai, o nível de escolaridade da mãe, a morte dos pais, a ausência da figura paterna e o nº de irmãos.....	25
Tabela 5. Distribuição dos adolescentes com percurso delinquente segundo o sexo, o tipo de delito, a diversidade do delito, uso de violência, circunstâncias do delito.....	26
Tabela 6. Distribuição dos adolescentes com percurso delinquente segundo o sexo, a idade do 1º delito, a persistência e o aumento da gravidade.....	27
Tabela 7. Distribuição dos adolescentes da população geral de acordo com o sexo e idade.....	28
Tabela 8. Distribuição dos adolescentes da população geral segundo o sexo, o nº de reprovações, o nível sócio económico, o nível de escolaridade da mãe e o nível de escolaridade do pai.....	29
Tabela 9. Distribuição dos adolescentes da população geral segundo o sexo, a situação conjugal dos pais, a morte dos pais, o nº de irmãos e a estrutura da família.....	30
Tabela 10. Médias e desvios-padrão das variáveis nº de reprovações, nível de escolaridade do pai e da mãe, situação conjugal dos pais, morte dos pais e teste Mann-Whitney em função do grupo.....	37
Tabela 11. Médias e desvios-padrão da variável nível socioeconomico e teste Kruskal Wallis em função do grupo.....	38
Tabela 12. Médias e desvios-padrão das escalas do IPA e teste Mann-Whitney em função do grupo.....	39
Tabela 13. Médias e desvios-padrão das escalas do APS e teste Mann-Whitney em função do grupo.....	40

Tabela 14. Médias e desvios-padrão do BSI e teste Mann-Whitney em função dos dois grupos.....	40
Tabela 15. Correlações entre os valores totais do BSI e as variáveis sociodemográficas nos dois grupos.....	41
Tabela 16. Correlações entre os valores totais do BSI e a percepção das atitudes parentais no sexo feminino da população geral.....	42
Tabela 17. Correlações entre os valores totais do BSI e a percepção das atitudes parentais no sexo masculino da população geral.....	43
Tabela 18. Correlações entre os valores totais do BSI e a percepção das atitudes parentais no sexo feminino com percurso delinquente.....	44
Tabela 19. Correlações entre os valores totais do BSI e a percepção das atitudes parentais no sexo masculino com percurso delinquente.....	45

Siglas e Abreviaturas utilizadas

APS-SF – *Adolescent Psychopathology Scale-Short Form*

BSI – *Brief Symptom Inventory*

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

DEP – Escala Depressão Major

DSM – *Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais*

IGS – Índice Geral de Sintomas

IPA - Inventário de Perceções Adolescentes

NSE – Nível Socioeconómico

PAC – Escala Problemas de Autoconceito

PAG – Escala Perturbação da Ansiedade Generalizada

PIP – Escala Problemas Interpessoais

PPST – Escala Perturbação de Stress Pós-Traumático

SCL-90 – *Symptom Checklist-90*

SUI – Escala Ideação Suicida

1. Introdução

Nos últimos anos, a investigação tem vindo a debruçar-se cada vez mais nas diferenças entre um desenvolvimento patológico e normativo na adolescência, começando a haver um maior distanciamento de um modelo orientado por etapas de desenvolvimento, passando a adquirir uma nova visão orientada para o processo, com um maior centramento nos contextos e na criação de relacionamentos (Cicchetti, 2004).

Estudos conduzidos por Ruth Benedict e Margaret Mead no século XX, referem que a sensação de tensão e preocupação são resultado das expectativas e exigências da cultura em que se encontram, ou seja, as adversidades atravessadas na fase da adolescência seriam um fenómeno cultural. Além disso, é de realçar que estas dificuldades surgem associadas a processos de socialização, onde cada sujeito aprende determinados comportamentos e papéis próprios da adultez (Schlegel & Hewlett, 2011).

No que concerne à etapa de desenvolvimento da adolescência, é importante referir que, de acordo com a corrente psicanalítica, os problemas apresentados durante esta fase devem ser integrados numa visão normativa e indispensável no processo de autonomização (Fleming, 2005). Contudo, adolescentes que se encontram em contextos com risco psicossocial apresentam uma maior vulnerabilidade ao desenvolvimento de problemas psicopatológicos (Rutter, 2000).

Para Ingram & Price (2001) o conceito de risco não é sinónimo de vulnerabilidade, pois esta refere-se a características do sujeito que “fazem parte dos mecanismos que contribuem para as causas da perturbação”. A vulnerabilidade seria então o polo extremo da resiliência. Contudo, ambos os conceitos caminham muitas vezes juntos, pois relacionam-se empiricamente devido à forma como operam na etiologia da perturbação.

Gouveia-Pereira (2008) afirma que a entrada na adolescência muitas vezes gera conflitos entre ele mesmo e os adultos significativos, referindo também, que a adolescência é um período específico da vida, sendo que o indivíduo passa por diversas transformações (físicas, biológicas, psicológicas e sociais), levando a uma maior vulnerabilidade psicológica quando se compara com outras fases da vida.

As práticas parentais ineficazes são das principais causas do baixo autocontrolo, sendo este o principal responsável pelo desenvolvimento de atos delinquentes (Gottfredson & Hirschi, 1990).

É esperado por parte dos cuidadores o reconhecimento e a correção das demonstrações de dificuldades de autocontrolo dos educandos, de forma a suprirem adequadamente o comportamento impulsivo (Gottfredson & Hirschi, 1990).

Gottfredson & Hirschi (1990) apontam quatro condições que devem ser satisfeitas com o objetivo de promover as capacidades de autocontrolo:

- Vinculação dos pais à criança: é um laço afetivo que implica uma preocupação do cuidador com o bom desenvolvimento do filho(a)
- Supervisão parental: a prevenção de práticas desviantes e permitir fazer a ponte entre o controlo interno e externo
- Reconhecimento do comportamento desviantes: monitorizar o comportamento
- Punição do comportamento desviante: sem ser muito rígida ou muito branda.

Gomes & Pereira (2014) elaboraram um estudo que pretendia testar se jovens provenientes de sistemas familiares funcionais apresentavam níveis de autocontrolo mais elevados em comparação a jovens provenientes de sistemas disfuncionais. Os resultados apontaram que o autocontrolo dos adolescentes aumentava na mesma medida em que o funcionamento familiar melhora, demonstrando ser crucial o contexto familiar no desenvolvimento do autocontrolo dos sujeitos.

A dinâmica familiar onde o adolescente está inserido pode ser um fator que previne ou favorece o comportamento delinquente, tendo esta um papel importante no desenvolvimento da delinquência. Diversos autores apresentam a família com um dos fatores de risco mais influentes no comportamento delinquente (Bandura & Walters, 1976).

Os primeiros estudos acerca da delinquência juvenil debruçaram-se inicialmente na ausência paterna, vindo mais tarde a aprofundar outras áreas, como o estilo de interação familiar e a atmosfera emocional na família como indicadores do papel do núcleo familiar no desenvolvimento da delinquência (Carrilho, 2000).

De acordo com Bowlby (1969/1984; 1969/1990), o estabelecimento de um relacionamento proximal com a figura de vinculação, influencia e explica o futuro desenvolvimento do indivíduo e que existe um conjunto de comportamentos expectáveis que são baseados através das interações sociais, sendo que a rutura desses laços estabelecidos pode ser um dos preditores da delinquência juvenil.

Os comportamentos delinquentes têm vindo a adquirir cada vez mais destaque no âmbito da investigação, podendo ter como principal motivo o facto de se observar um aumento destes comportamentos antissociais nas sociedades atuais (Negreiros, 2001).

Um dos primeiros aspetos a ter em conta no contacto com adolescentes com percurso delinquente, refere-se à faixa etária em que praticaram comportamentos considerados desviantes, na medida em que esta determina todo o enquadramento jurídico da situação, bem como a avaliação e intervenção adotadas (Martins, 2006).

Desde janeiro de 2001, que o estado português dispõe de três elementos legais que podem ser ativados nos casos em que os adolescentes apresentem comportamentos desviantes. São os três elementos, a Lei Tutelar Educativa (L.T.E. (lei nº166/99 de 14 de setembro), ao Regime Especial para jovens (decreto-lei nº401/82 de 23 de Setembro) e à Lei de Proteção de Crianças e Jovens (L.C.P.C.J.P. – lei nº147/99 de 1 de Setembro). Estas leis permitiram terminar com o “modelo de proteção “que assentava principalmente em medidas preventivas e protetoras da delinquência juvenil (Martins, 2006).

Devido à emergência de um modelo de justiça, introduziu-se um tratamento diferenciado entre menores maltratados ou em perigo e menores infratores, ou seja, menores que pratiquem atos que a lei avalia como crime. O segundo grupo de menores, enquadra-se na faixa etária dos 12 aos 16 anos e a Lei Tutelar Educativa destina-se a eles com o objetivo de educar o menor para o direito à sua inserção de maneira responsável e digna na comunidade (Martins, 2006).

Por sua vez, os jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 21 anos que pratiquem atos considerados pela lei como crime poderão ser abrangidos pelo Regime Especial para Jovens, de forma a evitar a aplicação de penas de prisão a jovens adultos. Importa referir que as medidas da L.P.C.J.P. de proteção e promoção, destinam-se a crianças e jovens que se encontrem entre os 0 e os 18 anos de idade em situação de perigo. Ou seja, os jovens que pratiquem atos qualificados como crime e não pertencem à faixa etária dos 12 aos 16 anos, aplica-se medidas de proteção e promoção (Martins, 2006).

Importa referir que se encontra na literatura dois termos que são usualmente utilizados como sinónimos, são estes o termo delinquência e o termo comportamento antissocial. No entanto, o conceito de delinquência é aplicado nas áreas da criminologia e da investigação clínica como um diagnóstico clínico. É de facto definido de acordo com uma designação jurídica e refere-se à transgressão de leis, sendo que por sua vez, o termo comportamento antissocial faz menção a algo mais abrangente. São estes comportamentos, “atos transgressivos ou violação de normas ou de expectativas sociais”

que não são consideradas apropriadas, pois prejudicam os outros e a sociedade (Vermeiren, 2003).

O fenómeno delinquencial pode ser lido à luz da psicologia sistémica que destaca o sistema familiar como uma das variáveis indispensáveis para compreender de uma forma mais holística a delinquência juvenil (Loeber, R., Farrington, D. P., Stouthamer-Loeber, M., & White, H. R., 2008). A leitura sistémica do fenómeno da delinquência, nomeadamente o processo transgressivo do adolescente, deve ser feita tendo em conta o plano desenvolvimental, ou seja, a sua história de vida, a vivência familiar, a realidade sociocultural onde está inserido, a sua etnia bem como o grupo de pares (Alarcão, 2002).

Simões (2001) indica como preditores da delinquência juvenil: instabilidade profissional dos pais ou privação económica extrema, educação disciplinar errática, laços familiares frágeis, supervisão deficitária e parentalidade muito permissiva, agressividade e historial de consumo de substâncias por parte dos educadores, dificuldades de autocontrolo, insucesso escolar e dificuldades de aprendizagem, convívio com pares com percurso delinquente, problemas neuropsicológicos e normas comunitárias favoráveis à manifestação de comportamentos antissociais.

Várias investigações têm referido que as condições estruturais familiares (p.e. pobreza, mobilidade residencial e famílias numerosas) e os processos sociais familiares (p.e. pobre supervisão parental, vinculação parental fraca e disciplina hostil) são preditores de grande peso na delinquência juvenil (Glueck & Glueck, 1950; Sampson & Laub, 1993, 2005).

Alguns estudos apontam para uma conceptualização interacionista entre aquilo que faz parte do próprio desenvolvimento da criança e o contexto em que está inserido. Para os autores destes estudos, as crianças e adolescentes que experienciam acontecimentos de vida em meios sociais desfavorecidos, revelam uma tendência provável de apresentar dificuldades nas áreas interpessoais, familiares, escolares, no grupo de pares e ainda poderá sofrer défices a vários níveis ao longo da sua vida. Nesse sentido, pode afirmar-se que os fatores protetores e de risco conduzem a trajetórias de vida diferenciadas, o que se pode traduzir neste modelo da seguinte forma: os fatores individuais escassos, práticas educativas parentais erráticas e desfavorecimento socioeconómico estarão na génese da delinquência juvenil (Thornberry & Krohn, 2004).

A delinquência ou o comportamento antissocial é definido frequentemente como algo estático o que minimiza a importância que deve ser dada de analisar a sua relação com as

descontinuidades que ocorreram durante a vida do sujeito e as transformações que resultaram da passagem do tempo (Negreiros, 2001).

Alguns autores analisaram a continuidade da atividade antissocial e referiram que existe uma estabilidade relativa destes comportamentos desde a infância até à idade adulta (Negreiros, 2001).

LeBlanc (1998), aponta dois tipos de delinquência que tem por base determinadas atividades antissociais: a regressiva que é de caráter transitório e passageiro, não existe um desejo real de se identificar com o estatuto antissocial, pode ser visto como um “ritual de passagem” e não persiste após a segunda metade da adolescência. Na extensiva os atos delinquentes têm início em idades precoces, é persistente, sendo capaz de resistir às pressões jurídicas, acontece um processo de agravamento e é principalmente utilitária e aquisitiva.

De acordo com uma perspectiva sistémica, o diagnóstico clínico e a intervenção individual com o jovem com percurso delinquente, parece ser reducionista se se tiver em conta os múltiplos fatores que estão na génese e na manutenção desses mesmos comportamentos antissociais (Thornberry & Krohn, 2004).

Relativamente às perturbações associadas a esta temática, encontra-se a perturbação de personalidade antissocial que se caracteriza por um padrão constante de desrespeito e violação dos direitos das outras pessoas (Baker, Jacobson, Raine, Lozano & Bezdjan, 2007). Existem determinadas características principais associadas a esta perturbação, sendo elas a fraude a manipulação (APA, 2014).

De acordo com alguns autores, os adolescentes que se encontram detidos estão em risco de desenvolver a perturbação de personalidade antissocial, quando entram na idade adulta (Washburn, Romero, Welty, Abram, Teplin, McCilland & Paskar, 2007).

Nos comportamentos antissociais incluem-se uma diversidade de atividades como os furtos, a agressão e o vandalismo que estão associados a transgressões ou violações de normas ou expectativas sociais (Negreiros, 2001).

Numa linguagem psiquiátrica, estes comportamentos antissociais ultrapassam os limites daquilo que é clinicamente designado como funcionamento normal. As perturbações do comportamento são manifestadas no início da infância, sendo que as maneiras mais precoces destes comportamentos podem ser indicadoras de outras perturbações psicológicas futuras, de comportamentos de abuso de substâncias, de abandono escolar, de suicídio e criminalidade tanto na adultez como na adolescência (Negreiros, 2001).

A avaliação de adolescentes com comportamentos desviantes deve atender à heterogeneidade que caracteriza este público, quer pela gravidade dos atos, a especificidade dos padrões de funcionamento (p.e. manifestação de sintomatologia depressiva ou ansiosa, dificuldades cognitivas, etc.), ou o facto de poderem apresentar no seu historial uma série de fatores que os predispõe à prática de delitos ou outro tipo de comportamentos desviantes (Braga & Gonçalves, 2013; Fonseca, 2004).

Importa referir que esta população que manifesta comportamentos desviantes e que se encontra na faixa etária correspondente à adolescência, terá adotado um determinado tipo de comportamentos devido à influência de diversos fatores (Kroneman, Hipwell, Loeber, Koot & Pardini, 2011). Podem destacar-se os fatores relacionados com a meio social (Appelbaum, Iaconi & Matousek, 2007), com o contexto escolar (p.e. baixo envolvimento escolar, abandono/absentismo escolar, baixo desempenho académico) (Born, 2005) e o meio familiar (relacionamento entre pais e filhos, exposição a violência, práticas educativas, psicopatologia e criminalidade parental) (Kury & Woessner, 2002).

Salienta-se o facto de que as condutas desviantes podem efetivamente não passar de ensaios para ultrapassar a fase desenvolvimental da adolescência, podendo, no entanto, ser antecedentes de outros comportamentos muito graves, dos quais fazem parte os delitos e/ou infrações à lei (Jessor, 1991; Jessor & Turbin, 2014).

O primeiro estudo nacional elaborado no âmbito do *International Self-Report Delinquency Study* (ISRD) em 1994 por Gersão e Lisboa com 1000 jovens de ambos os sexos (14-21 anos) e residentes em Portugal Continental, revelou “uma prevalência de delinquência de 57.2%” e no que diz respeito às ocorrências individuais “a condução sem habilitação legal assumiu sempre maior expressão (28.3%), seguida de vandalismo (16.1%) e da luta de grupo ou desordem pública (11.1%)...”, “...sendo furto de carro (0.6%), venda de drogas pesadas (0.3%) e o fogo posto (0.2%) menos comuns entre os jovens portugueses” (Braga & Gonçalves, 2013).

Ao nível nacional, as estatísticas oficiais do RASI (2018) confirmam as flutuações da delinquência, sendo que no ano de 2018 ocorreram menos 142 registos (-8.7%) que no ano anterior, no entanto estes dados apenas refletem ocorrências comunicadas à PSP e à GNR.

A adolescência apresenta-se como uma fase de desafios e se se tiver em conta que os adolescentes com percurso delinquente se encontram numa situação de maior vulnerabilidade à psicopatologia, verifica-se a necessidade de estudar esta problemática, tendo em conta como os fatores e risco e protetores influenciam as suas vidas.

Ao considerar o elevado número de adolescentes com percurso delinquente em Portugal, torna-se ainda mais importante explorar de que forma a delinquência pode ter sido uma consequência do contexto familiar, social e comunitário, afetando o desenvolvimento da mesma. Importa ainda referir que independentemente das circunstâncias adversas que levaram ao cometimento de delitos, existem adolescentes com graus de vulnerabilidade e resiliência diferentes (Santos, 2017).

Tendo em conta estas necessidades o estudo empírico, visa compreender se existem diferenças ao nível da perceção das atitudes parentais e de psicopatologia entre um grupo de adolescentes com percurso delinquente que se encontravam em contacto com o Sistema de Justiça por cometimento de delitos criminais e um grupo de adolescentes da população geral. É ainda objetivo de o estudo explorar de que modo variáveis sociodemográficas influenciam as variáveis em estudo. Desta forma, com os resultados obtidos, poderá compreender-se melhor as necessidades específicas deste tipo de população e planear uma melhor intervenção focada em diferentes aspetos.

Devido à ambiguidade existente relativa ao conceito de delinquência, é importante referir que, no decorrer deste trabalho, a delinquência encontra-se associada a critérios jurídico-legais, que remete para um indivíduo que praticou atos dos quais resultou uma condenação pelo tribunal (Negreiros, 2008).

2. Questões e Objetivos de Investigação

- Existirá uma relação entre os fatores de risco psicossocial, os indicadores de psicopatologia e as atitudes educativas parentais em adolescentes da população geral?
- Em que medida existe uma relação significativa entre um baixo afeto parental (perceção de atitudes parentais) e um maior relato de sintomas psicopatológicos nos adolescentes com percurso delinquente?
- Existirão diferenças entre o grupo de adolescentes em contacto com o sistema de justiça e os adolescentes sem indícios criminais, ao nível de sintomas psicopatológicos e das atitudes parentais?

Estas questões de investigação permitem colocar os seguintes objetivos:

- Descrever e comparar o perfil sociodemográfico dos adolescentes com percurso delinquente e dos adolescentes sem percurso delinquente.
- Compreender de que forma é que os fatores de risco psicossocial e as atitudes parentais e o aparecimento dos sintomas psicopatológicos, contribuem para o percurso do adolescente com percurso delinquente.
- Compreender a relação entre os fatores de risco psicossocial, os sintomas psicopatológicos e a perceção das atitudes parentais nos dois grupos
- Identificar se existem diferenças nos grupos ao nível do relato de sintomas psicopatológicos, da perceção das atitudes parentais e problemas psicossociais

3. Método

Feita a descrição dos objetivos bem como das questões de investigação, segue-se a apresentação da metodologia utilizada, onde se inclui o desenho de investigação, a caracterização da amostra, a descrição dos instrumentos utilizados, os procedimentos de recolha de dados e a análise estatística efetuada.

3.1. Desenho da Investigação

O presente estudo caracteriza-se por ser um estudo empírico, quantitativo e um desenho transversal de tipo correlacional e comparativo. Os estudos correlacionais permitem investigar as relações entre as variáveis e o estabelecimento de previsões de forma a determinar se as variáveis estudadas tendem a associar-se (Almeida & Freire, 2003).

3.2. Técnica de amostragem

Os participantes foram selecionados através de amostragem intencional ou de conveniência. Os grupos foram constituídos por 63 sujeitos no grupo 1 (adolescentes com percurso delinquente) e 129 sujeitos do grupo 2 (adolescentes da população geral). O grupo 1 caracteriza-se por ter estado em contacto com o sistema de justiça por cometimento de atos considerados crime na lei portuguesa. Por sua vez, o grupo 2 pertence à população geral (i.e., não apresenta percurso delinquente). A amostra foi recolhida no contexto de um estudo mais vasto de Lemos (2007).

3.3. Caracterização da Amostra

3.3.1. Características da amostra de adolescentes com percurso delinquente

A amostra final do grupo 1 foi constituída por 63 adolescentes de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 12 e os 19 anos ($M=15,70$; $DP=1.087$). Na tabela 1 pode observar-se que a amostra é constituída por 13 raparigas (20.6%) e 50 rapazes (79.4%), sendo que 90.5% apresenta-se no grupo etário dos 15 aos 19 anos de idade.

Tabela 1 – Distribuição dos adolescentes com percurso delinquente de acordo com o sexo e idade

		Sexo					
		Feminino		Masculino		Total	
		n	%	n	%	N	%
		13	20.6	50	79.4	63	100
Idades	12-14	1	7.7	5	10	6	9.5
(grupo etário)							
	15-19	12	92.3	45	90	57	90.5

Na tabela 2 podemos destacar que dos 63 participantes, 55 (87.3%) eram residentes de zonas urbanas e 8 residiam em zonas rurais (12.7%).

Ao nível do grupo étnico, como podemos observar na tabela 2, 63.5% dos participantes são de etnia caucasiana, 27% são de etnia africana e por sua vez, 7.9% pertencem à etnia cigana. Destaca-se que nestes 7.9% incluem-se apenas rapazes (5). No que diz respeito ao responsável legal, encontramos a mãe como principal responsável (54%), tanto no sexo masculino (76.9%) como no sexo feminino (48%), seguido de ambos, pai e mãe (28.6%).

Relativamente à presença de maus tratos, apenas são referidos maus tratos ao nível da infância em 23.8%.

Por sua vez, 38.1% dos adolescentes tinha um registo de problemas de comportamento na infância.

Tabela 2 - Distribuição dos adolescentes com percurso delinquente segundo o sexo, a zona de residência, o grupo étnico, o responsável legal, os maus tratos e os problemas comportamentais na infância

		Sexo					
		Feminino		Masculino		Total	
		n	%	N	%	N	%
		13	20.6	50	79.4	63	100
Zona de Residência							
	Urbana	13	100	42	84	55	87.3
	Rural			8	16	8	12.7
Grupo étnico*							

Caucasiano	10	76.9	30	60	40	63.5
Africano	3	23.1	14	28	17	27
Cigano			5	10	5	7.9
Responsável legal**						
Mãe	10	76.9	24	48	34	54
Pai	1	7.7	7	14	8	12.7
Pais	2	15.4	16	32	18	28.6
Avó			1	2	1	1.6
Instituição			1	2	1	1.6
Maus tratos***						
Sim	4	30.8	10	20	14	22.2
Não	9	69.2	37	74	46	73
Problemas de comportamento na infância****						
Sim	4	30.8	20	40	24	38.1
Não	9	69.2	28	56	37	58.7

Notas: * 1 (1.6%) sujeito da amostra não deu informação sobre o grupo étnico. ** 1 (1.6%) sujeito da amostra não deu informação sobre o responsável legal. *** 3 sujeitos da amostra não deram informação sobre maus tratos no seio familiar **** 2 sujeitos da amostra não deram informação sobre problemas de comportamento na infância

Dos participantes, 55 (87.3%) pertenciam ao nível socioeconómico baixo, 6 (9.5%) pertenciam ao nível socioeconómico médio e 2 (3.2%) pertenciam ao nível socioeconómico elevado.

Desta amostra de adolescentes, podemos verificar que 14.3% se encontravam a frequentar o 1º ciclo, 38.1% encontrava-se a frequentar o 2º ciclo, 46% encontrava-se a frequentar o 3º ciclo e 1.6% encontrava-se a frequentar o Secundário. Destaca-se que ao nível do número de reprovações existiam 38 sujeitos que haviam reprovado entre três a seis vezes com uma percentagem de 60.3%.

Podemos constatar (tabela 3) que 82.5% dos pais dos menores em contacto com o sistema de justiça não apresentavam antecedentes criminais.

Ao nível da composição da família, 39.7% dos participantes vivia com os pais biológicos, 30.2% dos participantes vivia no seio de famílias monoparentais, 12.7% vivia em famílias reconstituídas e 11.1% viviam com outros familiares (*p.e.*, avós, tios ou

irmãos). Encontramos ainda uma percentagem muito baixa (4.8%) de adolescentes que se encontravam institucionalizados.

Tabela 3 - Distribuição dos adolescentes com percurso delinquente segundo o sexo, o nível sócio económico, o nível de escolaridade, o nível de reprovações, os antecedentes criminais dos pais e composição da família

	Sexo					
	Feminino		Masculino		Total	
	N	%	N	%	N	%
	13	20.6	50	79.4	63	100
Nível Socioeconómico*						
Baixo	9	69.2	45	90	55	87.3
Médio	4	30.8	2	4	6	9.5
Elevado			2	4	2	3.2
Nível de Escolaridade						
1º ciclo	1	7.7	8	16	9	14.3
2º ciclo	4	30.8	20	40	24	38.1
3º ciclo	8	61.5	21	42	29	46
Secundário			1	2	1	1.6
Nº de Reprovações**						
0			2	4	2	3.2
1-2	9	69.2	13	26	22	34.9
3-6	4	30.8	34	68	38	60.3
Antecedentes criminais dos pais***						
Sim	3	23.1	2	4	5	7.9
Não	9	69.2	43	86	52	82.5
Composição da família****						
Intacta	4	30.8	21	44	25	39.7
Monoparental	5	38.5	14	28	19	30.2
Recasamento	1	7.7	7	14	8	12.7
Avós, tios ou irmãos	3	23.1	4	8	7	11.1
Institucionalizado			3	6	3	4.8

Nota: * 1 (1.6%) sujeito da amostra não deu informação sobre o nível socioeconómico ** 1 (1.6%) sujeito da amostra não deu informação sobre o nível de reprovações *** 6 (9.5%) sujeitos da amostra não deram informação sobre os antecedentes criminais dos pais **** 1 (1.6%) sujeito da amostra não deu informação sobre a composição da família

No que diz respeito ao nível de escolaridade dos pais, verificámos que cerca de 14.3% não havia concluído o primeiro ciclo, 36.5% tinha a escolaridade básica, 6.3% tinha a escolaridade obrigatória, 7.9% apresentava habilitação ao nível do ensino secundário e 3.2% tinha concluído o ensino superior. Relativamente às mães, observamos que 12.7% não tinha estudado, 46% das mães tinha a escolaridade básica, 15.9% tinham a escolaridade obrigatória, 4.8% concluiu o secundário e 3.2% tinham concluído o ensino superior.

No que concerne à morte dos pais, pode observar-se que 7.9% dos pais e 7.9% das mães haviam falecido o e que 36.5% referem existir ausência paterna. Em relação ao número de irmãos 52.4% tinham entre 1 a 2 irmãos e 38.1% tinham 3 irmãos.

Tabela 4 - Distribuição dos adolescentes com percurso delinquente segundo o sexo, o nível de escolaridade do pai, o nível de escolaridade da mãe, a morte dos pais, a ausência da figura paterna e o n° de irmãos

Sexo						
		Feminino		Masculino		Total
		N	%	n	%	N
						%
		13	20.6	50	79.4	63
						100
Nível de escolaridade do pai*						
Sem estudos				9	18	9
						14.3
Escolaridade básica		5	38.5	18	36	23
						36.5
Escolaridade obrigatória				4	8	4
						6.3
Ensino secundário ou profissional		2	15.4	3	6	5
						7.9
Ensino superior				2	4	2
						3.2
Nível de escolaridade da mãe**						
Sem estudos		1	7.7	7	14	8
						12.7
Escolaridade básica		6	46.2	23	46	29
						46
Escolaridade obrigatória		4	30.8	6	12	10
						15.9
Ensino secundário ou profissional		1	7.7	2	4	3
						4.8
Ensino superior				2	4	2
						3.2
Morte dos pais***						
Não		9	69.2	43	86	52
						82.5
Mãe		3	23.1	2	4	5
						7.9
Pai		1	7.7	4	8	5
						7.9
Ausência da figura paterna****						
Sim		6	46.2	32	64	23
						36.5
Não		7	53.8	18	36	39
						61.9
N° de irmãos*****						
Sem irmãos		1	7.7	3	6	4
						6.3
1 a 2		8	61.5	25	50	33
						52.4
3 ou mais irmãos		3	23.1	21	42	24
						38.1

Nota: * 20 (31.7%) sujeitos da amostra não deram informação sobre o nível de escolaridade do pai ** 11 (17.5%) dos sujeitos da amostra não deram informação sobre o nível de escolaridade da mãe *** 1 (1.6%) sujeito da amostra não deu informação sobre a morte dos pais **** 1 (1.6%) sujeito da amostra não deu

informação sobre a ausência da figura paterna ***** 2 (3.2%) sujeitos da amostra não deram informação sobre o número de irmãos.

Relativamente à caracterização do tipo de delito, pode constatar-se que os adolescentes com percurso delinquente cometem mais delitos contra o património/sociedade (60.3%), seguido de delitos contra as pessoas (33.3%). Ao nível da diversidade do delito, observa-se que a maioria cometeu só um delito (73%) e que 66.7% dos participantes não recorreram a atos de violência aquando os delitos. Podemos ainda observar que, maioritariamente, os adolescentes cometeram delitos em grupo de pares, (79.4%).

Tabela 5 - Distribuição dos adolescentes com percurso delinquente segundo o sexo, o tipo de delito, a diversidade do delito, uso de violência, circunstâncias do delito

	Sexo					
					Total	
	Feminino		Masculino			
	N	%	N	%	N	%
	13	20.6	50	79.4	63	100
Tipo de delito						
Contra pessoas	5	38.5	16	32	21	33.3
Património/sociedade	8	61.5	30	60	38	60.3
Código da estrada	0	0	4	8	4	6.3
Diversidade de delito						
Só 1 delito	8	61.5	38	76	46	73
2 a 3 delitos	2	15.4	8	16	10	15.9
3 a 5 delitos	3	23.1	4	8	7	11.1
Uso de violência						
Sim	5	38.5	16	32	21	33.3
Não	8	61.5	34	68	42	66.7
Circunstâncias do delito						
Sozinho	4	30.8	6	12	10	15.9
Grupo de pares	9	69.2	41	82	50	79.4
Com adultos	0	0	3	6	3	4.8

Relativamente à idade do cometimento do 1º delito, constatamos que 68.2% dos sujeitos cometeu o 1º delito entre os 12 e os 14 anos de idade, que 22.2% tinha entre os 15 e os 16 anos de idade e que 4.8% tinha entre os 5 e os 11 anos de idade.

Na tabela 6 podemos observar que 54% da amostra não persistiu nos atos criminais e que 30.2% dos adolescentes apresenta aumento da gravidade dos delitos.

Tabela 6 - Distribuição dos adolescentes com percurso delinquente segundo o sexo, a idade do 1º delito, a persistência e o aumento da gravidade

	Sexo				Total	
	Feminino		Masculino			
	N	%	n	%	N	%
	13	20.6	50	79.4	63	100
Idade do 1º delito*						
5-11			3	6	3	4.8
12-14	9	69.2	34	68	43	68.3
15-16	3	23.1	11	22	14	22.2
Persistência						
Sim	4	30.8	25	50	29	46
Não	9	69.2	25	50	34	54
Aumento da gravidade**						
Sim	1	7.7	18	36	19	30.2
Não	12	92.3	31	62	43	68.3

Nota: * 3 (4.8%) sujeitos da amostra não deram informações sobre o 1º delito. ** 1 (1.6%) sujeito da amostra não deu informação sobre o aumento da gravidade.

3.3.2. Características da amostra de adolescentes da população geral

A amostra final foi constituída por 129 adolescentes de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos (M=15,72; DP=1,104). Na tabela 7 podemos observar que a amostra é constituída por 27 raparigas (20.9%) e 102 rapazes (79.1%), sendo que 35.7% apresenta-se com 15 anos de idade.

Tabela 7 – Distribuição dos adolescentes da população geral de acordo com o sexo e idade

		Sexo					
		Feminino		Masculino		Total	
		n	%	N	%	N	%
		27	20.9	102	79.1	129	100
Idades	12-14	3	11.1	10	8	13	10.1
(grupo etário)							
	15-19	24	88.9	92	90.2	116	89.9

Na tabela 8, podemos destacar que a nível do número de reprovações existem 43 sujeitos que reprovaram entre uma a duas vezes com uma percentagem de 33.3%.

Dos participantes, 51.9% pertenciam ao nível socioeconómico médio e 48.1% pertenciam ao nível socioeconómico baixo. É de constatar que não se encontrou na amostra, adolescentes pertencentes ao nível socioeconómico elevado.

No que diz respeito ao nível de escolaridade dos pais, verificámos que cerca de 2.3% não haviam estudado, 30.2% tinha a escolaridade básica, 27.9% tinha a escolaridade obrigatória, 31.8% apresentavam habilitação ao nível do ensino secundário e 7% tinham concluído o ensino superior. Relativamente às mães, observamos que 2.3% não tinham estudado, 33.3% tinham a escolaridade básica, 27.9% tinham a escolaridade obrigatória, 21.7% tinham o secundário e 3.9% tinham concluído o ensino superior.

Tabela 8 - Distribuição dos adolescentes da população geral segundo o sexo, o nº de reprovações, o nível sócio económico, o nível de escolaridade da mãe e o nível de escolaridade do pai

	Sexo				Total	
	Feminino		Masculino			
	N	%	N	%	N	%
	27	20.9	102	79.1	129	100
Nº de reprovações						
0	18	66.7	43	42.2	61	47.3
1-2	6	22.2	37	36.3	43	33.3
3-5	3	11.1	22	21.6	25	19.4
Nível Sócio Económico						
Baixo	12	44.4	50	49	62	48.1
Médio	15	55.6	52	51	67	51.9
Nível de escolaridade da mãe*						
Sem estudos			3	2.9	3	2.3
Escolaridade básica	7	25.9	32	31.4	39	30.2
Escolaridade obrigatória	8	29.6	28	27.5	36	27.9
Ensino secundário ou profissional	11	40.7	30	29.4	41	31.8
Ensino superior	1	3.7	8	7.8	9	7
Nível de escolaridade do pai**						
Sem estudos	2	7.4	1	1	3	2.3
Escolaridade básica	7	25.9	36	35.3	43	33.3
Escolaridade obrigatória	3	11.1	33	32.4	36	27.9
Ensino secundário ou profissional	11	40.7	17	16.7	28	21.7
Ensino superior	1	3.7	4	3.9	5	3.9

Nota: * 1 (0.8%) sujeito da amostra não deu informações sobre o nível de escolaridade da mãe ** 14 (10.9%) sujeitos da amostra não deram informação sobre o nível de escolaridade do pai;

Ao nível da situação conjugal dos pais, 72.9% afirmam terem os pais juntos e uma percentagem menor de 5.4% afirma existir viuvez por parte de um dos pais. No que concerne à morte dos pais, pode observar-se que 93% não haviam falecido.

Em relação ao número de irmãos 44.2% refere ter 1 irmão e 20.2% aponta não ter irmãos. Ao nível da composição da família, 73.6% dos participantes viviam em famílias

biparentais intactas. Por sua vez, 14.7% dos participantes viviam no seio de famílias monoparentais, 5.4% viviam em famílias reconstituídas e 6.2% viviam com outros familiares (*p.e.*, avós, tios ou irmãos).

Tabela 9 - Distribuição dos adolescentes da população geral segundo o sexo, a situação conjugal dos pais, a morte dos pais, o nº de irmãos e a estrutura da família

	Sexo				Total	
	Feminino		Masculino			
	N	%	N	%	N	%
	27	20.9	102	79.1	129	100
Situação conjugal dos pais						
Pais juntos	19	70.4	75	73.5	94	72.9
Pais separados ou divorciados	7	25.9	21	20.6	28	21.7
Viuvez	1	3.7	6	5.9	7	5.4
Morte dos pais						
Não	26	96.3	94	92.2	120	93
Pai	1	3.7	6	2	2	1.6
Mãe			2	5.9	7	5.4
Nº de irmãos						
0	8	29.6	18	17.6	26	20.2
1-2	14	51.9	68	66.7	82	63.6
3 ou mais irmãos	5	18.5	16	15.7	21	16.3
Estrutura da família						
Intacta	19	70.4	76	74.5	95	73.6
Monoparental	4	14.8	15	14.7	19	14.7
Recasamento	3	11.1	4	3.9	7	5.4
Avós, tios ou irmãos	1	3.7	7	6.9	8	6.2

3.4. Instrumentos

Após delimitados os objetivos deste estudo de investigação, efetuou-se um levantamento dos diferentes instrumentos construídos e aferidos para a população portuguesa para a faixa etária descrita com o objetivo de avaliar os construtos anteriormente referidos.

3.4.1. Questionário de dados sociodemográficos e familiares (Lemos, 2007)

Para a recolha dos dados sociodemográficos e familiares necessários ao estudo foi aplicado um questionário preenchido pelos próprios adolescentes. É constituído por questões tipo fechado e tipo aberto e tem o objetivo de recolher informação pertinente acerca do adolescente e da sua família, nomeadamente o sexo, local de residência, número de reparações, informações sobre o estado civil dos pais e do agregado familiar (Lemos, 2007).

3.4.2. *Adolescent Psychopathology Scale – Short Form* – APS – SF - (Reynolds, 2000)

A APS-SF consiste numa medida multidimensional de psicopatologia e de problemas psicossociais, criada por Reynolds (2000), para aplicação em adolescentes com idades entre os 12 e os 19 anos. Procura avaliar a presença e a intensidade de determinadas psicopatologias, tendo por base a especificação sintomatológica no DSM-IV (Lemos, Faísca & Valadas, 2011).

A escala integra 115 itens e é composta por 12 escalas clínicas e duas escalas de validade, e para o presente estudo utilizaram-se as seguintes escalas clínicas (Lemos, Faísca & Valadas, 2011):

Escala Perturbação da Ansiedade Generalizada (PAG): inclui 11 itens que avaliam

os seguintes sintomas: ansiedade, preocupação, inquietação, fadiga, dificuldade em concentrar-se, irritabilidade, dores no corpo e dificuldade em adormecer.

Escala Perturbação de Stress Pós-Traumático (PPST): inclui 11 itens que avaliam a ocorrência de acontecimentos negativos e traumáticos, mal-estar emocional e cognitivo e a reatividade fisiológica aumentada que pode acompanhar esta perturbação.

Escala Depressão Major (DEP): inclui 14 itens que avaliam sintomas primários e secundários da perturbação Depressiva Major, tais como, as componentes emocionais de disforia, aspetos cognitivos tais como a ideação suicida, autoconceito baixo e sentimentos de culpa, dificuldade em dormir, fadiga e perda de energia e queixas somáticas.

Escala Ideação Suicida (SUI): inclui 6 itens que avaliam uma amplitude de comportamentos suicidários, como por exemplo, a ideação ligeira de desejar nunca ter nascido, pensamentos graves de matar-se e de ter efetuado uma tentativa de suicídio.

Escala Problemas de Autoconceito (PAC): inclui 9 itens que avaliam aspetos básicos de autoconceito e de autoestima, avaliando duas áreas principais do autoconceito, sentimentos de auto desvalorização, autoconceito físico e social e a perceção de avaliação de si pelos outros.

Escala Problemas Interpessoais (PIP): inclui 11 itens que avaliam problemas na relação com os outros, solidão, falta de amigos, introversão social e “*o sentimento que de a vida corre mal*”.

3.4.3. Inventário de Perceções Adolescentes (IPA) (Flemming, 1988, 1997)

O IPA foi concebido para medir a perceção das atitudes e comportamentos educativos dos pais. A versão utilizada no presente estudo foi validada por Fleming (1988; 1997) para a população portuguesa, numa amostra de 994 adolescentes com idades entre os 12 e os 19 anos. Foi validada através de dois procedimentos: a correlação item-teste e o coeficiente alfa de Cronbach.

O estudo das atitudes parentais é efetuado através de duas dimensões: a dimensão do Afeto (Amor versus Hostilidade) e a dimensão das Práticas Educativas (Autonomia versus Controlo). A dimensão Amor versus Hostilidade remete para a qualidade afetiva da relação com os pais e tem subjacente conceitos que devem ser entendidos num contínuo aceitação/proteção/calor afetivo até à frieza emocional e rejeição. A dimensão Autonomia versus Controlo remete para as práticas educativas e tem subjacente os conceitos de autoritarismo e punição (Fleming, 1997).

O questionário é composto por 63 itens e apresenta-se em formato de autorresposta em que são dadas quatro possibilidades de resposta: *mãe e pai, só mãe, só pai, nem mãe nem pai*, em que o participante demonstra a forma como sente que os seus pais o tratam a maioria das vezes (Lemos, 2007).

Para cada dimensão, obtém-se um intervalo de valor que vai de 0 a 200, sendo que quanto maior o valor, maior será a intensidade da percepção. A intensidade de percepção nas quatro dimensões foi pontuada com os seguintes valores: entre 0 e 70 – baixa, entre 70 a 140 – moderada e entre 140 a 200 – alta (Fleming, 1988).

3.4.4. Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI) - Índice Geral de Sintomas (IGS) (Derogatis, 1977)

O Inventário de Sintomas Psicopatológicos é uma versão abreviada do SCL-90 de Derogatis (1977), contruído pelo autor em 1982. O BSI pretende avaliar sintomas psicopatológicos em termos de nove dimensões de sintomatologia e três índices globais, sendo que estes últimos consistem em avaliações sumárias de perturbação emocional e representam aspetos diferentes de psicopatologia. As nove dimensões são a somatização, as obsessões-compulsões, a sensibilidade interpessoal, a depressão, a ansiedade, a hostilidade, a ansiedade fóbica, a ideação paranoide e o psicoticismo. A somatização refere-se ao mal-estar resultante da percepção do funcionamento somático, com as queixas centradas nos sistemas respiratório, gastrointestinal e cardiovascular. As obsessões-compulsões incluem sintomas relacionados à perturbação obsessivo-compulsivo e remete para os impulsos, cognições e comportamentos que são experienciados como persistentes. A sensibilidade interpessoal diz respeito aos sentimentos de inadequação pessoal e inferioridade. As manifestações mais características são o desconforto, timidez, hesitação e autodepreciação. A dimensão depressão representa os sintomas de afeto e humor disfórico, falta de motivação e interesse pela vida e perda de energia vital. A ansiedade indica nervosismo, tensão, sintomas de ansiedade generalizada e de ataque de pânico. A hostilidade inclui emoções, pensamentos e comportamentos característicos do enfurecimento. A ansiedade fóbica define-se como uma resposta de medo persistente em relação a uma situação específica, local ou pessoa, que conduz ao evitamento. A ideação paranoide refere-se à hostilidade, suspeição, egocentrismo, pensamento projetivo, grandiosidade, medo da perda de autonomia e delírios. O psicoticismo aponta para o isolamento e um estilo de vida esquizoide, e ainda sintomas primários de esquizofrenia, tais como alucinações e controlo de pensamento (Lemos, 2007).

Os três índices globais são: o índice geral de sintomas (número de sintomas psicopatológicos e a sua intensidade), total de sintomas positivos (número de sintomas

assinalados) e o índice de sintomas positivos (medida que combina o número de sintomas presentes com a intensidade da sintomatologia). Para se obter as pontuações para as nove dimensões, deve somar-se os valores (0-4) obtidos em cada item (Lemos, 2007).

A versão portuguesa do BSI foi validada por Canavarro (1999) com uma amostra da população geral e uma amostra da população clínica, com idades entre os 15 e os 68 anos. Esta escala é de tipo *likert* de cinco pontos (de “nunca” – 0 a “muitíssimas vezes” – 4). A administração do inventário é de cerca de 10 minutos (Lemos, 2007).

3.4.5. Questionário sobre as características familiares, acontecimentos de vida e comportamento de jovens abrangidos pela lei Tutelar Educativa (Lemos, 2007; 2010)

O questionário é composto maioritariamente por respostas fechadas e é direcionado para os técnicos de reinserção social responsáveis pela avaliação e/ou acompanhamento dos adolescentes da amostra. Pretende obter dados relativos ao contexto familiar (estrutura familiar, nível socioeconómico, nível educacional dos pais, história de comportamento desviante na família e maus tratos) e escolar (nível de escolaridade, motivação face à escola e interesses vocacionais ou inserção profissional), ao envolvimento social do sujeito (participação em atividades de grupo, formas de ocupação dos tempos livres e existência de interesses extracurriculares), aos problemas de comportamento (fugas à escola e de casa, consumo de substâncias, histórias de problemas de comportamento na infância) e ao comportamento delinquente do adolescente (diversidade de delitos, gravidade, precocidade e circunstâncias do delito) (Lemos, 2007).

3.5. Procedimentos

3.5.1. Procedimento de recolha de dados

Os dados do presente estudo estão inseridos num estudo mais abrangente efetuado por Lemos (2007). Assim, o procedimento de recolha de dados do grupo delinquente dependeu da autorização da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e da Comissão de Avaliação de Documentos Administrativos. Em seguida, a autora efetuou uma sessão de informação junto dos coordenadores das Equipas de Menores do Instituto

de Reinserção Social do Sul, onde se explicou as principais questões teóricas, os objetivos e os procedimentos do estudo.

Depois de se efetuar a adaptação e tradução dos instrumentos para a população portuguesa, foi pedida a participação voluntária e confidencial de todos os adolescentes acompanhados nas oito equipas da direção Regional do Sul do Instituto de Reinserção Social, em condições de responder ao questionário, e ainda a adolescentes a cumprir medida de internamento em dois Centros Educativos do Ministério de Justiça.

Para recolha de dados do grupo da população geral, foram efetuados pedidos de autorização formal aos presidentes dos conselhos executivos de escolas do distrito de Faro.

Relativamente ao grupo escolar, foi ainda enviada uma carta aos encarregados de educação com um pedido de consentimento informado relativamente à participação dos alunos.

Em relação aos questionários aplicados em contexto escolar, estes foram aplicados aos alunos dos quais os encarregados de educação autorizaram, tendo sido preenchidos pelos próprios na presença da investigadora. Relativamente aos dados recolhidos acerca de adolescentes com percurso delinquente, um questionário construído por Lemos (2007) para o efeito para a equipa técnica do IRS e outro instrumento aplicado voluntariamente junto dos adolescentes sinalizados.

3.5.2. Procedimento de análise e tratamento de dados

Os dados recolhidos foram alvo de tratamento estatístico, com recurso ao programa de análise de dados estatísticos *IPM-SPSS Statistics 23 (Statistics Package of the Social Sciences)*.

Num primeiro momento, efetuou-se uma análise descritiva das variáveis sociodemográficas e familiares, com o objetivo de caracterizar as amostras e traçar o perfil da população em estudo.

Em seguida, recorreu-se a métodos de estatística inferencial, onde se realizou comparações de médias, com recurso aos testes paramétricos *t* de Student e Anova.

Posteriormente, procedeu-se ao cálculo da correlação linear entre as variáveis em estudo, utilizando o coeficiente de correlação de *Pearson* e o de *Spearman*.

O nível de significância considerado foi de *p* igual a 0,05.

4. Resultados

4.1. Comparação entre grupos ao nível das variáveis sociodemográficas

Podemos observar na tabela 10 os valores médios obtidos nas variáveis sociodemográficas, segundo o grupo a que pertence (adolescentes sem percurso delinquente da população geral e adolescentes com percurso delinquente). A análise permite-nos constatar a existência de diferenças estatisticamente significativas nas variáveis nº de reprovações ($U=1682.500$; $p=0.000$), no nível de escolaridade do pai ($U=1538.000$; $p=0.000$), no nível de escolaridade da mãe ($U=1804.00$; $p=0.000$) e na situação conjugal dos pais ($U=2814.000$; $p=0.000$).

Tabela 10 – Médias e desvios-padrão das variáveis nº de reprovações, nível de escolaridade do pai e da mãe, situação conjugal dos pais, morte dos pais e teste Mann-Whitney em função do grupo

	Normativo*		Delinquente**			
	(n=129)		(n=63)			
	M	DP	M	DP	U	p
Nº de Reprovações	1.72	0.770	2.63	0.707	1682.500	0.000
Nível de Escolaridade do pai	2.90	0.946	2.26	1.071	1538.000	0.000
Nível de escolaridade da mãe	3.11	0.998	2.32	0.913	1804.00	0.000
Situação conjugal dos pais	1.33	0.575	1.70	0.738	2814.000	0.000
Morte dos pais	0.12	0.468	0.25	0.596	3576.500	0.052

Nota: *adolescentes sem percurso delinquente; **adolescentes com percurso delinquente; n=amostra; M=média; DP=desvio-padrão; U=teste Mann-Whitney; $p=0.05$;

No que diz respeito ao nível socioeconómico em função do grupo, podemos observar na tabela 11 que existem diferenças significativas entre os grupos ($U=2505.000$; $p=0.000$).

Tabela 11 – Médias e desvios-padrão da variável nível socioeconómico e teste Mann-Whitney em função do grupo

	Normativo*		Delinquente**			
	(n=129)		(n=63)			
	M	DP	M	DP	U	P
Nível socioeconómico	1.52	0.502	1.16	0.451	2505.000	0.000

Nota: *adolescentes sem percurso delinquente; **adolescentes com percurso delinquente; n=amostra; M=média; DP=desvio-padrão; U= teste Mann-Whitney; $p=0.05$;

4.2. Comparação entre os dois grupos ao nível da perceção das atitudes parentais

A tabela 12 mostra-nos os valores médios obtidos nas escalas do IPA, segundo o grupo a que pertence (adolescentes sem percurso delinquente da população geral e adolescentes com percurso delinquente). A análise dos resultados permite-nos constatar a existência de diferenças estatisticamente significativas ao nível da escala Hostilidade ($U=-2865.500$; $p=0.001$). Todas as restantes escalas não se encontravam relacionadas. Assim, foi possível verificar que os adolescentes com percurso delinquente registavam valores médios inferiores em todas as escalas: Amor ($M=121.46$; $DP=51.389$), Hostilidade ($M=60.11$; $DP=40.963$), Controlo ($M=118.27$; $DP=51.747$) e Autonomia ($M=117.98$; $DP=47.084$), relativamente ao grupo de adolescentes sem percurso delinquente da população geral: Amor ($M=130.39$; $DP=46.100$); Hostilidade ($M=44.86$; $DP=40.886$), Controlo ($M=116.22$; $DP=38.446$) e Autonomia ($M=123.51$; $DP=43.532$).

Tabela 12 – Médias e desvios-padrão das escalas do IPA e teste Mann-Whitney em função do grupo

Escalas do IPA	Normativo*		Delinquente**		U	P
	(n=129)		(n=63)			
	M	DP	M	DP		
Amor	130.39	46.100	121.46	51.389	3671.500	0.278
Hostilidade	44.86	40.886	60.11	40.963	2865.000	0.001
Controlo	116.22	38.446	118.27	51.747	3838.500	0.533
Autonomia	123.51	43.532	117.98	47.084	3776.500	0.424

Nota: *adolescentes sem percurso delinquente; **adolescentes com percurso delinquente; n=amostra; M=média; DP=desvio-padrão; U=teste Mann-Whitney; $p=0.05$;

4.3. Comparação entre os dois grupos em relação às escalas do *Adolescent Psychopathology Scale – Short Form – APS – SF* nos dois grupos

Como podemos observar na tabela 13, efetuamos os valores médios das escalas do APS que foram analisados segundo o grupo (sem percurso delinquente e com percurso delinquente). Os resultados permitem-nos constatar que existem diferenças estatisticamente significativas na escala da Ideação Suicida ($U=2958.000$; $p=0.001$).

Podemos ainda verificar que os adolescentes com percurso delinquente apresentam valores médios superiores em todas as escalas, com diferenças mais significativas na escala da Ideação Suicida ($M=122.3759$; $DP=559.01498$).

Tabela 13 – Médias e desvios-padrão das escalas do APS e teste Mann-Whitney em função do grupo

Escalas do APS	Normativo*		Delinquente**		U	P
	(n=129)		(n=63)			
	M	DP	M	DP		
PAG	48.8217	9.70861	48.8116	10.73227	3748.000	0.382
PPST	49.3023	9.78088	51.6713	10.73048	3447.000	0.088
DEP	49.1473	10.10268	50.6562	11.19960	3660.000	0.264
SUI	49.1860	10.09933	122.3759	559.01498	2958.000	0.001
PAC	48.6202	9.58932	48.8033	9.72506	4009.000	0.880
PIP	48.4109	9.87548	51.0595	10.04874	3369.000	0.054

Nota: *adolescentes sem percurso delinquente; **adolescentes com percurso delinquente; n=amostra; M=média; DP=desvio-padrão; U=teste Mann-Whitney; $p= 0.05$; PAG=ansiedade generalizada; PPST= stress pós-traumático; DEP=depressão; SUI=ideação suicida; PAC=problemas de autoconceito; PIP=problemas interpessoais;

4.4. Comparação entre o grupo com percurso delinquente e o grupo sem percurso delinquente em relação ao nível de sintomas psicopatológicos

No que diz respeito ao Índice Geral de Sintomas, podemos observar na tabela 14 que existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos ($Z=1249.000$; $p=0.000$), sendo os valores médios no grupo com percurso delinquente ($M=1.6292$; $DP=0.61282$) superiores ao do grupo da população geral ($M=0.8196$; $DP=0.59958$).

Tabela 14 – Médias e desvios-padrão do BSI e teste Mann-Whitney em função dos dois grupos

	Normativo*		Delinquente**		U	P
	(n=129)		(n=63)			
	M	DP	M	DP		
IGS	0.8196	0.59958	1.6292	0.61282	1249.000	0.000

Nota: *adolescentes sem percurso delinquente; **adolescentes com percurso delinquente; n=amostra; M=média; DP=desvio-padrão; U=teste Mann-Whitney; $p= 0.05$;

4.5. Relações/Associações entre variáveis sociodemográficas e o inventário de sintomas psicopatológicos nos dois grupos

De forma a compreender as diferenças entre o grupo da população geral e o grupo com percurso delinvente, relativamente aos totais do BSI e a perceção das atitudes parentais, procedeu-se à execução do teste de correlação de Spearman, onde se obtiveram os seguintes resultados:

Relativamente ao grupo da população geral, encontramos associação negativa e significativa entre o BSI e o nível socioeconómico ($r=-0.228$; $p=0.009$), o que nos sugere que um maior relato de sintomas psicopatológicos surge aquando um nível socioeconómico baixo.

No que diz respeito ao grupo com percurso delinvente, não se encontrou associação significativa.

Tabela 15 – Correlações entre os valores totais do IGS e as variáveis sociodemográficas nos dois grupos

		IGS			
		Normativo*		Delinvente**	
		(n=129)		(n=63)	
		<i>r</i>	<i>p</i>	<i>r</i>	<i>p</i>
Nº de reprovações	de	0.161	0.068	0.066	0.613
Nível escolaridade do pai	de	-0.130	0.165	0.059	0.706
Nível escolaridade da mãe	de	-0.171	0.054	0.067	0.642
NSE		-0.228**	0.009	0.055	0.670

Nota: *adolescentes sem percurso delinvente **adolescentes com percurso delinvente; r = coeficiente de correlação linear de Spearman; * $p<,05$; ** $p<,01$ *** $p <,001$

4.6. Correlações entre a percepção das atitudes parentais e o relato de sintomas psicopatológicos (adolescentes da população geral)

No que concerne à relação entre as escalas do IPA e o IGS no sexo feminino da população geral, podemos observar na tabela 16 que não se encontrou nenhuma associação significativa.

Tabela 16 – Correlações entre os valores totais do BSI e a percepção das atitudes parentais no sexo feminino da população geral

	Raparigas (n=27)
	IGS
Amor	-0.258
Hostilidade	0.200
Controlo	0.214
Autonomia	-0.104

Nota: r = coeficiente de correlação linear de Spearman; * $p<,05$; ** $p<,01$ *** $p <,001$

Relativamente à relação entre as escalas do IPA e o IGS no sexo masculino da população geral, podemos observar na tabela 17 que a percepção de hostilidade surgiu positiva e significativamente relacionada com o Índice Geral de Sintomas ($r=0.307$; $p=0.002$). Deste modo, podemos referir que os adolescentes que percecionam mais hostilidade por parte dos pais, apresentam sintomas psicopatológicos com maior severidade.

Tabela 17 – Correlações entre os valores totais do BSI e a percepção das atitudes parentais no sexo masculino da população geral

	Rapazes (n=102)
	IGS
Amor	-0.135
Hostilidade	0.307**
Controlo	0.036
Autonomia	0.098

Nota: r = coeficiente de correlação linear de Pearson; * $p<,05$; ** $p<,01$ *** $p <,001$

4.7. Correlações entre a percepção das atitudes parentais e o relato de sintomas psicopatológicos (adolescentes com percurso delinquente)

Relativamente à relação entre as escalas do IPA e o IGS no sexo feminino com percurso delinquente, podemos observar na tabela 18 que a percepção de amor se encontra associada negativa e significativamente com o Índice Geral de Sintomas ($r=-0.756$; $p=0.003$), sugerindo que na presença de sintomas psicopatológicos com maior severidade, as adolescentes percebem menos amor.

Verificamos que a percepção de controlo se encontra associada negativa e significativamente com o Índice Geral de Sintomas ($r=-0.562$; $p=0.46$), ou seja, na presença de sintomas psicopatológicas com maior severidade, as adolescentes percebem menos controlo por parte dos pais.

Tabela 18 – Correlações entre os valores totais do BSI e a percepção das atitudes parentais no sexo feminino com percurso delinquente

	Raparigas (n=13)
	IGS
Amor	-0.756*
Hostilidade	0.099
Controlo	-0.562*
Autonomia	-0.014

Nota: r = coeficiente de correlação linear de Spearman; * $p<,05$; ** $p<,01$ *** $p <,001$

Como podemos observar na tabela 19, referente ao grupo de adolescentes com percurso delinquente do sexo masculino, podemos observar que a percepção de amor surge associada negativa e significativamente ao Índice Geral de Sintomas ($r=-0.300$; $p=0.034$), ou seja presença de sintomas psicopatológicas com maior severidade, os adolescentes percebem menos amor por parte dos pais.

Tabela 19 – Correlações entre os valores totais do BSI e a percepção das atitudes parentais no sexo masculino com percurso delinquente

	Rapazes (n=50)
	IGS
Amor	-0.300*
Hostilidade	0.195
Controlo	-0.132
Autonomia	-0.215

Nota: r = coeficiente de correlação linear de Pearson; * $p < ,05$; ** $p < ,01$ *** $p < ,001$

5. Discussão

Este estudo teve como principal objetivo analisar a existência de diferenças entre adolescentes de ambos os sexos com percurso delinquente e adolescentes sem percurso delinquente, no que diz respeito aos recursos psicossociais, à percepção das atitudes parentais e aos sintomas psicopatológicos. Tendo em consideração as variáveis em estudo, verificou-se que, de uma forma geral, os resultados obtidos apontam para a existência de diferenças entre os dois grupos de sujeitos.

5.1. Características sociodemográficas

No que diz respeito à escolaridade dos participantes, verificamos no presente estudo, que os adolescentes com percurso delinquente apresentam mais reprovações (entre 3 a 6 - 60.3%) que os adolescentes da população em geral (0 - 40.3%). Os resultados vão de encontro ao estudo desenvolvido por Nunes e colaboradores (2015), onde referem que jovens com comportamentos desviantes apresentam um pobre desempenho académico, um reduzido envolvimento escolar, bem como situações de abandono/fugas da escola. Gonçalves (2000) aponta ainda que as reprovações escolares estão inseridas numa lista de fatores de risco associada à delinquência.

No que diz respeito ao nível de escolaridade do pai (Delinquentes: $M=2.26$; $DP=1.071$) e da mãe (Normativo: $M=2.90$; $DP=0.946$), verificamos que existem diferenças estatisticamente significativas, sendo que no grupo delinquente existe uma maior percentagem de mães e pais com a escolaridade básica (46% e 36.5% correspondente).

Rutter (2000) refere que não são os contextos mais desfavorecidos que promovem os comportamentos delinquentes, mas sim as famílias que apresentam mais dificuldades económicas, pois comprometem as funções parentais, seguido de stress familiar. Ou seja, é possível associar-se um baixo nível de escolaridade a baixos rendimentos financeiros (Wolbers, 2001). Os resultados vão de encontro também às diferenças estatisticamente significativas encontradas, no que concerne ao nível socioeconómico. No grupo de adolescentes com percurso delinquente observa-se que 87.3% se encontra num NSE baixo e que no grupo de adolescentes da população geral pode observar-se que 51.9% da amostra apresenta um NSE médio.

No que diz respeito à situação conjugal dos pais, verificamos que existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos da população geral ($M=1.33$; $DP=0.575$) e

o grupo delinquente ($M=1.70$; $DP= 0.738$). Tendo em conta o número das amostras, podemos afirmar que apesar de 28 (44.4%) dos pais dos jovens delinquentes se encontrarem juntos, um número bastante semelhante de 23 casais (36.5%) encontra-se separado ou divorciado. Ferreira (1997) aponta que o funcionamento adequado da família serve de inibidor para comportamentos desviantes, o que limita a probabilidade dos comportamentos delinquentes ocorrerem. Quando a estrutura familiar se altera ou se dissolve, denota-se uma incapacidade por parte da família para supervisionar os comportamentos dos filhos, o que aumenta a probabilidade de delinquência.

De acordo com Condesso (2016) durante o processo de separação, mesmo existindo uma preocupação com os filhos, os pais ficam menos disponíveis para atender às necessidades dos adolescentes, o que pode desenvolver sentimentos de abandono no jovem. É esperado nesta fase de transição que é a adolescência, que os pais, proporcionem apoio aos problemas emocionais, relacionais e cognitivos. Quando este suporte se deteriora devido ao afastamento/distanciamento de um dos progenitores, pode gerar-se um quadro de sofrimento e fragilidade. Devido a esta ausência parental, fica a faltar ao adolescente uma referência, causando perturbações ao nível da agressividade, impulsividade e dificuldades de socialização (Almeida e colaboradores, 2000).

5.2. Comparação das escalas da Perceção das Atitudes Parentais entre os dois grupos

Verificamos que existiam diferenças estatisticamente significativas na escala da Hostilidade quando comparamos o grupo com percurso delinquente ($M=60.11$; $DP=40.963$) e o grupo da população geral ($M=44.86$; $DP=40.886$), com os adolescentes delinquentes a apresentarem uma perceção maior de hostilidade por parte dos pais.

De acordo com Comte-Sponville (2000) as práticas educativas positivas são inibidores de comportamento antissocial, promovendo o desenvolvimento de empatia, senso de justiça, sentimentos de culpa e vergonha e generosidade. Por sua vez, as práticas educativas negativas, como a Hostilidade, estão relacionadas ao desenvolvimento de condutas antissociais em crianças e adolescentes. Este tipo de supervisão apresenta-se com “pressão excessiva” e stressante, levando à falta de diálogo e à invasão da privacidade e consequentemente levará o jovem a esconder e a mentir sobre diversos assuntos (Gomide, 2004).

A atitude intrusiva, hostil e exigente por parte dos pais, reprime a comunicação entre pai/mãe e filho(a) e associa-se também a níveis altos de depressão, ansiedade e delinquência juvenil (Petit e colaboradores, 2001).

Os filhos que sofrem punições sem explicações, dependendo do estado de humor momentâneo dos pais, terão dificuldade em discriminar o certo do errado, resultando numa formação de valores morais distorcida, pois não é o conceito que é aprendido, mas sim a situação em que é aplicada a punição (Gomide, 2004).

Segundo Widom (1997) se os modelos agressivos/hostis estiverem associados a negligência, existe uma maior probabilidade dos adolescentes desenvolverem comportamentos desadaptativos, incluindo atos de delinquência. Aquando os casos de negligência, como por exemplo, ausência parental intencional ou não intencional, os filhos ficam sem monitoramento, dando origem à não aprendizagem de limites e regras.

5.3. Comparação das escalas do *Adolescent Psychopathology Scale-Short Form* entre os dois grupos

No que diz respeito às escalas do APS-SF (Depressão Major, Problemas de Autoconceito, Perturbação de Ansiedade Generalizada, Problemas Interpessoais, Perturbação de Stress Pós-Traumático e Ideação Suicida), verificou-se que apenas na escala de Ideação Suicida se encontraram diferenças estatisticamente significativas entre a amostra delinvente ($M=122,3759$; $DP=559.01498$) e a amostra da população geral ($M=49.1860$; $DP=10.09933$), sendo que no primeiro grupo os valores médios apresentam-se como superiores.

Estes resultados vão de encontro ao que a literatura aponta sobre a coexistência de condutas desviantes e ideação suicida. Os comportamentos desviantes apresentam-se como uma externalização da agressividade e da impulsividade, enquanto que a ideação suicida associa-se a uma maior internalização, como por exemplo, estados depressivos (Liu, 2004). Esta associação poderá estar relacionada com a coesão familiar, mais concretamente, sistemas familiares destrutturados são um fator de risco quer para a delinquência, quer para a ideação suicida (Patterson, Reid & Dishion, 1992).

Vários autores apontam que a ideação suicida se associa fortemente à sintomatologia depressiva, sendo que o diagnóstico de depressão é bastante comum na adolescência (Hauenstein, 2003).

Na procura de soluções para os seus problemas, os jovens recorrem muitas vezes a comportamentos impulsivos e agressivos, colocando o suicídio (a ideação suicida) como

uma hipótese de resolução para as dificuldades que enfrentam (Flechner, 2000; Barrios, Everett, Simon & Brener, 2000).

5.4. Comparação entre os dois grupos ao nível do Índice Geral de Sintomas

No que diz respeito à presença de sintomatologia (somatização, obsessões-compulsões, sensibilidade interpessoal, depressão, ansiedade, hostilidade, ansiedade fóbica, ideação paranóide e psicoticismo), podemos verificar que de acordo com os resultados do nosso estudo, existem diferenças estatisticamente significativas entre o grupo normativo ($M=0.8196$; $DP=0.59958$) e o grupo delinquente ($M=1.6292$; $DP=0.61282$), sendo que os adolescentes com percurso delinquente apresentam valores médios superiores de psicopatologia.

Rutter (2005) defende que o comportamento delinquente não tem que necessariamente corresponder a alguma perturbação psíquica, no entanto existe uma tendência para se associar a delinquência a classificações psiquiátricas mais exteriorizadas. Os adolescentes que apresentam problemas de comportamento que progrediram para percurso delinquente, com frequência observa-se na sua história de vida, experiências negativas por parte dos progenitores ou cuidadores. Sendo estes fatores de risco para o desenvolvimento de patologia, estes tenderão a manifestar-se mais tarde num quadro psicopatológico (Sá, 2002).

Estudos de Bowlby e Spitz (citados em Kammerer, 1992) referem que o tipo de perturbação antissocial surge devido a carências nas primeiras relações afetivas, dando origem a problemas de narcisismo. Alguns autores sugerem que a fragilidade narcísica é uma característica deste tipo de perturbações, existindo um sentimento de forte desvalorização que se reflete num Eu desvalorizado e num ideal do Eu grandioso que vem compensar as lacunas do passado (Kernberg, 1995; Kammerer, 1992).

Matos (1978) considera que um traço característico dos sujeitos que apresentam comportamentos desviantes é a dificuldade em lidar com a ansiedade, ou seja, existe uma depressão inconsciente e constante que vai ser compensada por comportamentos instáveis.

Uma revisão de literatura realizada por Vermeiren (2003) refere que na psicopatologia, quer exteriorizada, quer interiorizada, tende a haver uma incidência maior em adolescentes com percurso delinquente quando comparados com adolescentes da população geral. As perturbações mais comuns são a Perturbação do Comportamento, a

Perturbação do Comportamento de Oposição, a Depressão, o Abuso de Substâncias e a Perturbação de Stress Pós-Traumático.

5.5. Relação entre as variáveis sociodemográficas e o Índice Geral de Sintomas

Na presente investigação verificamos que no grupo de adolescentes sem percurso delinquente, o Índice Geral de Sintomas correlacionou-se negativamente com o Nível Socioeconómico ($r=-0.228$; $p=0.009$), demonstrando que um maior relato de sintomas psicopatológicos surge aquando um nível socioeconómico baixo.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, um baixo nível socioeconómico leva a situações de vulnerabilidade dos adolescentes que são expostas a condições desfavoráveis durante o seu desenvolvimento. Um estudo realizado pela OMS refere que 70.7% dos adolescentes tinham sido considerados “alto risco” pela medida “Indicadores de Risco para o Desenvolvimento Infantil”. O desenvolvimento psíquico de um adolescente depende de condições de necessidades básicas supridas, como um ambiente saudável, seguro e limpo. No caso do rendimento financeiro familiar ser inferior ao necessário, o adolescente cresce num contexto de risco para a sua saúde mental, pois está exposto a condições de risco, com impacto no desenvolvimento social, mental e cognitivo.

De acordo com o nosso estudo, quando comparamos as variáveis sociodemográficas com o Índice Geral de Sintomas no grupo delinquente, ao contrário do que estávamos à espera não encontramos qualquer tipo de correlação.

5.6. Relação entre as escalas do Índice Geral de Sintomas e a Perceção das Atitudes Parentais nos dois grupos

Podemos constatar que de forma geral os resultados das correlações entre o Índice Geral de Sintomas e as escalas do Inventário de Perceções Adolescentes sugerem relações positivas e negativas significativas, sendo que no grupo da população geral observamos que a perceção de hostilidade surgiu positiva e significativamente relacionada com o Índice Geral de Sintomas ($r=0.307$; $p=0.002$), demonstrando que os adolescentes que percecionam mais hostilidade por parte dos pais, apresentam sintomas psicopatológicos com maior severidade.

No que diz respeito ao grupo de delinquentes, verificamos que o amor e o controlo correlacionaram-se negativa e significativamente ao Índice Geral de Sintomas, ($r=-0.756$;

$p=0.003$; $r=-0.562$; $p=0.46$; $r=-0.300$; $p=0.034$) sugerindo que na presença de sintomas psicopatológicos com maior severidade, as adolescentes percebem menos amor e também menos controlo.

Relativamente ao grupo da população geral, Adrados (s.d.) refere que a hostilidade dos pais poderá levar a uma rejeição sentida pelos filhos. A rejeição, como comportamento pode ter diferentes formas, quer passivas ou ativas, sendo que nas ativas, as atitudes são hostis e agressivas. Denota-se assim uma carência afetiva nos jovens, quer seja no imediato ou mais tarde. Numa experiência realizada pela autora com jovens que tinham sido rejeitados pelos pais, ela pôde observar que os adolescentes apresentavam sintomas de apatia, indiferença afetiva, falta de concentração e contactos sociais quase inexistentes.

É ainda apontado por Adrados (s.d.) que a hostilidade sentida por parte dos filhos, poderá levar a comportamentos mais agressivos, um baixo rendimento escolar, inquietação, comportamentos desadaptativos e alguma desatenção nos diferentes contextos, apesar de se observar mais no ambiente escolar.

De acordo com Gomide (2003) as práticas educativas parentais positivas estão associadas ao desenvolvimento de comportamentos pró-sociais, enquanto que as práticas educativas negativas se associam ao aparecimento de um historial de atos delinquentes. O modelo proposto pelo autor, defende ainda que, quando as práticas educativas negativas se sobrepõem às práticas educativas positivas existe uma probabilidade bastante elevada dos adolescentes desenvolverem comportamentos desadaptativos.

Por sua vez, observamos no grupo de adolescentes em contacto com a lei que existe uma percepção dos pais como pouco carinhosos, que fazem poucas demonstrações de amor e ainda transmitem baixo controlo parental, que poderá ser interpretado como negligência. Os resultados estão em concordância com o que se encontra na literatura que refere que, a supervisão parental é vista como algo positivo e não intrusivo, demonstrando apoio emocional e preocupação pelos filhos (Kerr, Stattin & Trost, 1999).

Gomide (2003) refere que existe um conjunto de práticas parentais negativas que promovem o comportamento antissocial e sintomas psicopatológicos, sendo este constituído por negligência, “disciplina relaxada”, punição inconsistente, abuso físico e baixo afeto parental. Concluímos, referindo que a psicopatologia juvenil poderá ser, em conjunto com outros fatores de risco, uma das consequências das práticas educativas parentais negativas.

6. Conclusão e limitações do estudo

Neste estudo comparativo pretendeu-se analisar as diferenças entre adolescentes de ambos os sexos com percurso delinquente e sem percurso delinquente, em relação à perceção das atitudes parentais, aos recursos psicossociais e à presença de sintomas psicopatológicos.

Verificou-se que o grupo de adolescentes com percurso delinquente apresenta mais sintomas psicopatológicos e perceciona os pais como mais hostis que os adolescentes da população geral. Observou-se ainda diferenças entre os grupos ao nível da escala da Ideação Suicida do APS-SF. No entanto, não se verificaram diferenças entre os dois grupos no que se refere às restantes escalas do instrumento.

Apesar dos resultados obtidos estarem, no global, de acordo com o esperado, este estudo apresenta algumas limitações. Podemos apontar, em primeiro lugar, a discrepância dos delinquentes no que diz respeito ao número de raparigas e rapazes. O facto da recolha ter sido feita unicamente numa zona geográfica (região do Algarve), não permite que os resultados obtidos possam ser generalizados para a restante população nacional, é também apontada como uma limitação do estudo. Outra limitação que importa referir está relacionada com o tipo de instrumentos utilizados, sendo estes de autorresposta, o que limita as repostas, pois estas, podem ser induzidas por desejabilidade social, ao contrário da utilização de estudos com abordagem qualitativa.

Desta forma, apresenta-se como propostas de investigações futuras, o desenvolvimento de estudos com amostras maiores ao nível nacional bem como estudos de cariz qualitativo e quantitativo, com o objetivo de identificar acontecimentos negativos, compreender os seus significados e quais os mecanismos que desenvolveram para lidar com situações adversas. Importa realizar estudos longitudinais com esta população para que seja possível estabelecer relações de causalidade entre as variáveis estudadas e avaliar a eficácia das medidas de intervenção e de reinserção, com o objetivo de prevenir a reincidência em atos delinquentes. Propõe-se ainda que sejam estudadas especificamente as relações entre as práticas parentais negativas, a psicopatologia juvenil e os comportamentos antissociais, de forma a compreender a influência dos estilos educativos parentais no desenvolvimento psíquico patológico dos adolescentes.

Importa salientar que o conhecimento científico deverá ter implicações práticas na criação de políticas sociais que promovam projetos de prevenção e intervenção psicossocial com este público de risco.

7. Referências Bibliográficas

- Adrados, I. (s.d.). *A criança rejeitada*. Estudos de caso.
- Alarcão, M. (2002). (des)Equilíbrios Familiares. Coimbra: Quarteto.
- Almeida, C. G., Peres, E. A., Garcia, M. R. & Pellizzar, N. C. S. (2000). Pais separados e filhos: análise funcional das dificuldades de relacionamento. *Estudos de Psicologia*. PUC: Campinas.
- Almeida, L., & Freire, T. (2003). Metodologia da Investigação Científica em Psicologia e Educação. Ed. Psiquilíbrios: Braga.
- American Psychiatric Association (2014). *Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais: DSM-5*. Lisboa, Portugal: Climepsi Editores;
- Appelbaum, S., Iaconi, G., & Matousek, A. (2007). *Positive and negative deviant workplace behaviors: causes, impacts and solutions*. Corporate Governance.
- Baker, L. A., Jacobson, K. C., Raine, A., Lozano, D. I. & Bezdjian, S. (2007). *Genetic and environmental bases of childhood antisocial behavior: a multi-informant twin study*. Journal of Abnormal Psychology.
- Bandura, A., & Walters, R.H. (1976). *Adolescent Aggression*. New York: Ronald Press.
- Barrios, L. C., Everett, S. A., Simon, T. R., & Brener, N. D. (2000). *Suicide ideation among US college students: associations with other injury risk behaviors*. Journal of American College Health, 48, 229-233
- Born, M. (2005). Psicologia da delinquência. Climepsi Editores: Lisboa.
- Bowlby, J. (1984). Apego e perda. Vol 1 (1ªEd). Martins Fontes: São Paulo.
- Bowlby, J. (1990). Apego e perda. Vol 1 (2ªEd). Martins Fontes: São Paulo.

- Braga, T. & Gonçalves, R. A. (2011). Avaliação psicológica de jovens ofensores. Manual de psicologia forense: contextos, práticas e desafios. Psiquilíbrios: Braga.
- Braga, T. & Gonçalves, R. J. (2013). *Delinquência Juvenil: da caracterização à intervenção*. Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente.
- Cicchetti, D. (2004). *An odyssey of discovery: Lessons learned through three decades of research on child maltreatment*. American Psychologist. 59(8). 4-14.
- Canavarro, M. C. (1999). Inventário de Sintomas Psicopatológicos – BSI. In Mário R.
- Carrilho, L. (2000). *Influências familiares no desenvolvimento de trajetórias desviantes em adolescentes institucionalizados*. Tese de Doutoramento em Psicologia. Universidade do Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Porto, Portugal.
- Comte-Sponville, A. (2000). *Pequeno tratado das grandes virtudes*. São Paulo: Martins Fontes.
- Condesso, E. (2016). Impacto na separação nos filhos adolescentes. *Psicoajuda*.
- Derogatis, L. R. (1977). SCL-90. Administration scoring and procedures manual-I for the revised version. *John Hopkins University School of Medicine, Clinical Psychometrics Research Unit. Baltimore*.
- Ferreira, P. M. (1997). «Delinquência juvenile», a família e escola. *Análise Social*, 32(143), 913-924.
- Fonseca, A. (2004). *Diferenças individuais no desenvolvimento de comportamento anti-social: o contributo dos estudos longitudinais*. Edições Fonseca.
- Flechner, S. (2000). *Psicoanálisis y cultura: la clínica actual de pacientes adolescentes em riesgo. Um nuevo desafío?* Revista Latino-Americana de Psicanálise, (4), 467-482.

- Fleming, M. M. S. (1988). *Autonomia comportamental na adolescência e percepção das atitudes parentais*. Tese de doutoramento. Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar: Universidade do Porto.
- Fleming, M. M. S. (1997). *Adolescência e Autonomia: o desenvolvimento psicológico e a relação com os pais* (2ª ed.). Edições Afronamento: Porto.
- Fleming, M. M. S. (2005). *Entre o medo e o desejo de crescer. Psicologia da adolescência*. Edições Afronamento: Porto.
- Garnezy, N. (1996). Reflections and commentary on risk, resilience, and development. In R. J. Haggerty, L. R. Sherrod, N. Garnezy & M. Rutter (Eds.), *Stress, Risk, and Resilience in Children and Adolescents: Processes, Mechanisms, and Interventions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Glueck, S., & Glueck, E. T. (1950). *Unraveling juvenile delinquency*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Gomide, P.I.C. (2004). *Pais presentes, pais ausentes*. Petrópolis: Vozes
- Gonçalves, R. (2000). *Delinquência, crime e adaptação à prisão*. Coimbra: Quarteto Editora;
- Gottfredson, M., & Hirschi, T. (1990). *A general theory of crime*. Stanford: Stanford University Press.
- Gouveia-Pereira, M. (2008). *Percepções de justiça na adolescência: a escola e a legitimação das autoridades institucionais*. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa.
- Hauenstein, E. J. (2003). *Depression in adolescence*. Journal of Obstetric Gynecologic Neonatal Nursing, 32(2), 239-248.
- Ingram, R. E., & Price, J. M. (2001). The role of vulnerability in understanding psychopathology. In E. Ingram & J. M. Price (Eds.), *Vulnerability to Personality Disorders: Risk across the Lifespan* (pp. 3-38). London: Guilford Press.

- Jessor, R. & Turbin, M. (2014) *Parsing protect and risk for problem behavior versus pro-social behavior among US and Chinese adolescents*. Journal of Youth na Adolescence.
- Jessor, R. (1991). *Risk behavior in adolescence: a psychosocial framework for understanding and action*. Journal of Adolescence Health.
- Kammerer, P. (1992). Delinquance et narcissisme à l'adolescence. Paris: Collection Païdos/Adolescence.
- Kernberg, O. (1995). Transtornos graves de personalidade – Estratégias psicoterapêuticas. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Kroneman, L., Hipwell, A., Loeber, R., Koot, H. & Pardini, D. (2011). *Contextual risk factors as predictors of disruptive behavior disorder trajectories in girls: the moderating effect of callous-unemotional features*. Journal of child psychology .
- Kerr, M., Stattin, H., & Trost, K. (1999). *To know you is to trust you: Parents trust is related to child disclosure of information*. Journal of Adolescence.
- Kury, H. & Woessner, G. (2002). *A família e os comportamentos desviantes dos jovens*. Fonseca Ed.
- Le Banc, M. (1998). *Screening of serious and violent juvenile offenders*. In R. Loeber & D. P. Farrington. Serious & Violent offenders. Risk factors and successful interventions. Sage Publications: California.
- Lemos, I. T., Faísca, L. M., & Valadas, S. T. (2011). Assessment of Psychopathological Problems in the School Context: The Psychometric Properties of a Portuguese Version of the Adolescent Psychopathology Scale-Short Form. Journal of Psychoeducational Assessment, 29 (1), 63-74.
- Lemos, I. T., (2007). Família, Psicopatologia e Resiliência na Adolescência: Do Risco Psicossocial ao Percurso Delinvente. (Tese de Doutorado). Universidade do Algarve, Faro.
- Lemos, I. T., (2010). Risco Psicossocial e psicopatologia em adolescentes com percurso delinvente. Análise Psicológica, 1 (XXVIII), 117-132.

- Liu, R. X. (2004). *The conditional effects of gender and delinquency on the relationship between emotional distress and suicidal ideation or attempt among youth*. Journal of Adolescent Research. 19(6), 698-715.
- Loeber, R., Farrington, D. P., Stouthamer-Loeber, M., & White, H. R. (2008). Violence and serious theft: Development and prediction from childhood to adulthood. New York, NY, US: Routledge/Taylor & Francis Group.
- Martins, N. (2006). *Jovens com comportamentos delinquentes: os caminhos da lei*.
- Matos, A. C. (1978). *Notas sobre a delinquência juvenil*. Escritos 6. Artigos publicados nas revistas Jornal do Médico e Médico, 33-36.
- Negreiros, J. (2001). Delinquências juvenis: trajetórias, intervenções e prevenção. Notícias Editorial: Lisboa.
- Negreiros, J. (2008). Delinquências juvenis: trajetórias, intervenção e prevenção. Livpsic: Porto.
- Nunes, L. M., Caridade, S., Oliveira, A., Costa, A. Carvalho, C. & Guerra, L. (2015). Avaliação Psicológica de jovens com comportamentos desviantes. *Análise Psicológica*. Universidade Fernando Pessoa: Porto
- OMS (2019). Organização Mundial de Saúde.
- Patterson, G., Reid, J. & Dishion, T. (1992). Antisocial boys. Eugene: Castalia.
- Pereira, M. G., Gomes, H. M. S. (s.d.) *Funcionamento familiar e delinquência juvenil: A mediação do autocontrolo*. Ispa: Instituto Universitário
- Rasi (2018). Relatório Anual de Segurança Interna 2018.

- Reynolds, W. M. (2000). Adolescent sychopathology Scale-Short Form: Professional Manual. Lutz, FL: Psychological Assessment Resources.
- Rutter, M. (2000). *Development psychopathology: concepts and challengs*. Development and Psychopathology.
- Rutter, M. (2000). Psychosocial influences: critiques, findings an research needs. Development and Psychopathology. 12, 375-405;
- Rutter, M., & Taylor, E. (2005). Clinical Assessment and Diagnostic Formulation. In M. Rutter & E. Taylor (Eds.), *Child and Adolescent Psychiatry* (pp. 18-31). Oxford: Blackwell Publishing, Ltd.
- Sampson, R.J., & Laub, J. H. (1993). *Crime in the making. Pathways and Turning points through the life course*. Cambridge: Harvard University Press.
- Sampson, R. J., & Laub, J. H. (2005). A life-course view of the development of crime. *Annals of The American Academy of Political And Social Science*, 602, pp. 12-45.
- Sá, E. (2002). *Adolescentes somos nós*. Lisboa: Edições Fim de Século.
- Schlegel, A., & Hewlett, B. L. (2011). Contributions of Anthropology to the study od Adolescence. *Journal Research on Adolescence*, 281-289.
- Simões, M. G. & Almeida, L. S. (2001) *Testes e provas psicológicas em Portugal*. Braga.
- Simões, M. C. T. & Pinho, M. S. (2001). *Psicologia Forense*. Almedina: Coimbra
- Santos, D. J. F. (2017). *A Entrevista Estruturada para Famílias Multiproblemáticas de Marcelo Pakman na Avaliação Familiar da Delinquência Juvenil*. (Tese de Doutoramento). Universidade de Coimbra;

- Thornberry, T. P., & Krohn, M. D. (2004). O desenvolvimento da delinquência: Uma perspectiva interaccionista. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento antisocial e crime: Da infância à idade adulta*. Almedina: Coimbra.
- Washburn, J. J., Romero, E. G., Welty, L. J., Abram, K. M., Teplin, L. A., McClelland, G. M. & Paskar, L. D. (2007). *Development of antisocial personality disorder in detained youths: The predictive value of mental disorders*. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*.
- Widom, C.S. (1997). Child abuse, neglect and witnessing violence. In D.M. Stoff, J. Breiling & J.D. Maser (Eds.). *Handbook of Antisocial Behavior* (pp. 159-167). New York: John Wiley & Sons.
- Wolbers, Marteen (2001), “*Learning and working: double statuses in youth transitions within the European Union*”, working paper, Research Centre for Education and the Labour Market (ROA), Maastricht University
- Vermeiren, R. (2003). Psychopathology and delinquency in adolescents: a descriptive and developmental perspective. *Clinical Psychology Review*, 23, 277-318.
- Vincent, G. M., Vitacco, M. J., Grisso, T., & Conrado, R. R. (2003). Subtypes